

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAD E O PERFIL DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA DE UMA IES PRIVADA**

**SÃO PAULO/SP Abril/2016**

**Marcus Danilo de Paula Stander - Universidade Cruzeiro do Sul - marcus.stander@cruzeirosul.edu.br**

**Celia Maria Haas - Universidade Cidade de São Paulo - celiahaas1@gmail.com**

**Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)**

**Natureza: DESCRIÇÃO DE PROJETO EM ANDAMENTO**

**Categoria: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS**

**Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR**

## **RESUMO**

*Este trabalho tem por objetivo compreender um pouco do cenário das políticas públicas em educação a distância vigentes no país e apresentação de uma pesquisa com algumas características do perfil do aluno de uma instituição de educação superior a distância. Foi aplicado um questionário através de uma survey para a obtenção dos dados a fim de elucidar quem são os alunos do EaD desta instituição.*

**Palavras-chave: Políticas Públicas, Avaliação, Perfil do Alunos**

## Introdução

O conhecimento e reflexão sobre políticas públicas em educação, mais especificamente sobre educação a distância, em um momento em que se discute um marco regulatório para a educação a distância são de fundamental importância. O Brasil conta com um espaço territorial imenso além das políticas de incentivo à educação a distância também se destacam as políticas no âmbito da avaliação dos sistemas de educação a distância no país.

Neste sentido este trabalho objetiva apresentar as políticas de regulação e avaliação da educação a distância e conhecer o perfil dos alunos de uma instituição de ensino, resultado de uma *survey* respondida por 531 alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura, tecnológico e R2) de uma universidade privada, com sede na cidade de São Paulo.

## Políticas para a EaD

No Brasil, o início da regulamentação em Educação a Distância (EaD) vem com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em dezembro de 1996 com a Lei nº. 9.394, iniciando um período de incentivo a implementação da educação a distância, uma vez que é assegurado no Art. 80º da LDB:

*O poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (BRASIL, 1996).*

De 1996 a 2001 a regulamentação apresentou um caráter fragmentado, Martins (2015, p. 15) atribui esta fragmentação em parte ao desconhecimento e em parte à desconfiança que os órgãos governamentais tinham em relação a esta modalidade.

Esta regulamentação serviu de base para uma reorganização do Estado brasileiro na direção de um Estado-Avaliador, pois a partir do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, o decreto foi publicado no mesmo período do lançamento do programa da UAB[1], explicitando a política governamental de articulação de um sistema nacional de educação superior a distância e buscando especificamente a formação de professores, a partir da ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito.

Sobrinho(2002) aponta que o controle estatal no Brasil é cada vez mais rigoroso, isto vale para todas as instituições, tanto as mantidas pelo poder público, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), como para as do setor privado.

Na lógica da avaliação da qualidade no Brasil o documento do SINAES (2009, p. 33) aponta que após o retorno a democracia, houve forte resistência ao processo da avaliação externa, este fato está associado com o caráter punitivo que a ideia de avaliação trazia em sua proposta.

Em 1995 a Lei nº 9.131/95 estabeleceu um conjunto de avaliações periódicas das instituições e cursos superiores, além do propósito da realização anual de exames nacionais, com intenção de utilizar as avaliações para orientar a política educacional do Ministério da Educação (SINAES, 2009, p. 36).

Após 1995 as discussões sobre uma forma de avaliação da educação superior se intensificaram até que em 2003 no governo de Luis Inácio Lula da Silva, foi instituída pelo Ministro Cristovam

Buarque[2]a Comissão Especial de Avaliação que apresentou um relatório afirmando que o documento “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES: Bases para uma Nova proposta da Educação Superior” possuía a finalidade de “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (FERNANDES I., 2010, p. 6).

No cenário de reformulação da avaliação da Educação Superior a Comissão destacou que o seu trabalho escorava-se em uma visão mais abrangente e necessária para a regulação do Estado. Argumentou-se que o Sistema de Avaliação era inspirado na Inglaterra pautando-se em critérios quantitativos, e que fazia referência a questão da eficiência ou ineficiência das Instituições de Ensino Superior (IES) ao buscarem se adaptar as novas exigências sociais (FERNANDES I., 2010, p.7).

Polidori (2009) afirma que os resultados destas avaliações devem subsidiar “os processos de regulação e supervisão da educação superior que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, e credenciamento e credenciamento de IES”.

Para entender a dinâmica dos processos de avaliação da educação superior a distância foi realizada uma pesquisa no sentido de entender quem são os alunos da educação a distância. E como eles reagem frente a qualidade apresentada. Importante destacar que este artigo é um recorte de uma pesquisa de Mestrado Acadêmico com o título: “A avaliação dos alunos de graduação a distância sobre o indicador de infraestrutura do SINAES: uma visão da qualidade.”

Assim, será importante neste artigo descrever alguns dos resultados encontrados na pesquisa descrita anteriormente.

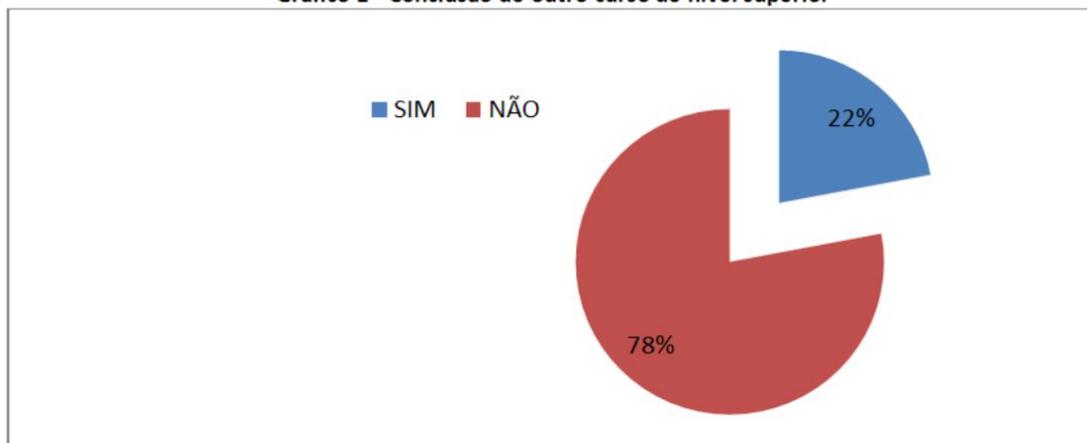
## **Quem são os alunos? Os dados levantados**

Uma das questões abordadas na pesquisa foi no sentido de detectar se o público que respondeu a pesquisa já tinha algum curso de nível superior, os resultados demonstram que: 117 alunos (22%) já possuem algum outro curso de nível superior e 414 (78%) ainda não possuem curso de nível superior, conforme Gráfico 1.

Assim corrobora para a afirmação de que a educação na modalidade a distância tem facilitado o cumprimento dos objetivos dos governos em aumentar a escolarização superior da população brasileira a fim de atingir metas do PNE (PNE, 2014-2024).

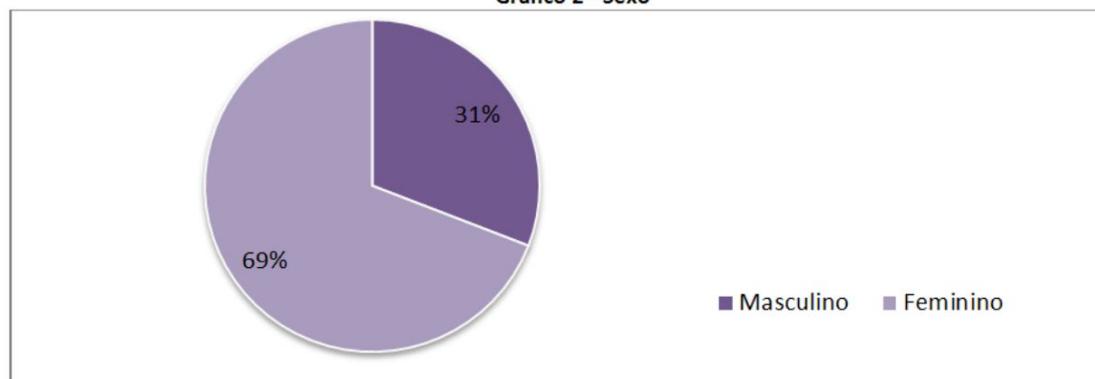
Posteriormente foi perguntado sobre o sexo do aluno e nesta questão as respostas obtidas detectaram que 164 alunos são do sexo masculino representando 31%, e 367 alunos são do sexo feminino representando 69% da amostra. Desta forma pode-se afirmar com base nos dados que a maioria dos alunos da modalidade a distância são do sexo feminino, chama atenção os percentuais que são consideravelmente superiores, muito embora estes dados se confirmaram com os dados do Censo do MEC e o anuário da ABED, conforme Gráfico 2.

Gráfico 1 - Conclusão de outro curso de nível superior



Fonte: Elaborado pelo Autor

Gráfico 2 - Sexo



Fonte: Elaborado pelo Autor

A próxima questão abordou a faixa etária da população pesquisada, para esta pergunta foram estabelecidas 6 faixas etárias, e os resultados demonstram que: 34 alunos estão na faixa de 16 a 20 anos o que equivale a 6%, 94 alunos estão na faixa de 21 a 25 anos o que equivale a 18%, 90 alunos estão na faixa de 26 a 30 anos o que equivale a 17%, 178 alunos estão na faixa de 31 a 40 anos o que equivale a 34%, 102 alunos estão na faixa de 41 a 50 anos o que equivale a 19% e por fim 33 alunos com idades acima de 51 anos o equivalente a 6%, conforme apresentado no Gráfico 3.

Destes dados podemos deprender que a maioria dos alunos na graduação a distância deste grupo estudado está na faixa de 31 a 40 anos, sugerindo que é um público que possivelmente está realizando a primeira graduação após algum período afastado da sala de aula.

Gráfico 3 - Faixa Etária



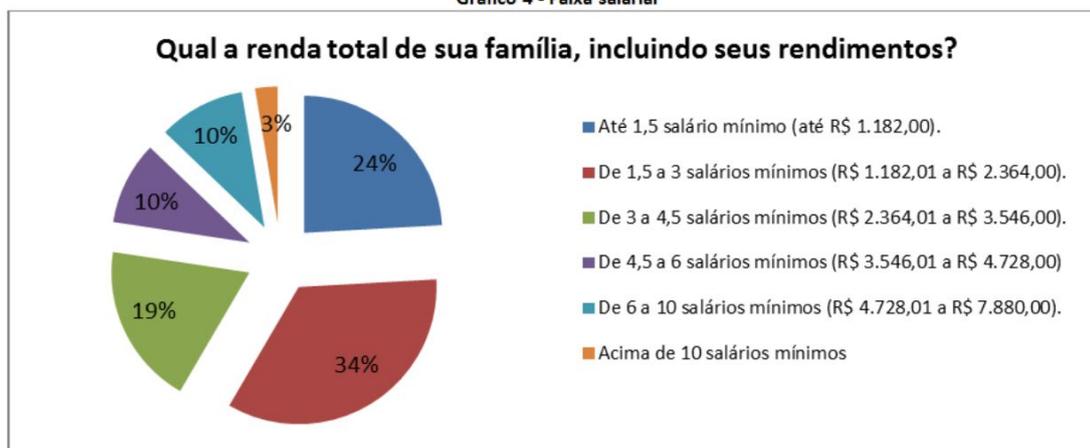
Fonte: Elaborado pelo Autor

A próxima questão respondida pelos alunos foi realizada para identificar a faixa salarial dos alunos deste grupo educacional, foram determinadas seis faixas salariais: Até 1,5 salários mínimos; de 1,5 a 3 salários mínimos; de 3 a 4,5 salários mínimos; de 4,5 a 6 salários mínimos; de 6 a 10 salários mínimos e por fim acima de 10 salários mínimos.

Os dados obtidos apresentam que 128 alunos (24%) estão com renda na primeira faixa, 182 alunos (34%) na segunda faixa, 101 alunos (19%) na terceira faixa, 52 alunos (10%) na quarta faixa, 54 alunos (10%) na quinta faixa e 14 alunos (3%) na sexta e última faixa.

Assim, a maioria dos alunos de graduação a distância desta instituição, o equivalente a 34%, possuem rendimentos equivalentes de R\$ 1.182,01 a até R\$ 2.364,00. Se somarmos as faixas anteriores a faixa apresentada (R\$ 1.182,01 a até R\$ 2.364,00), obteremos 58% da amostra com renda até R\$ 2.364,00, podendo, desta forma, afirmar que o grande consumidor do EaD é a classe de menor renda, conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Faixa salarial



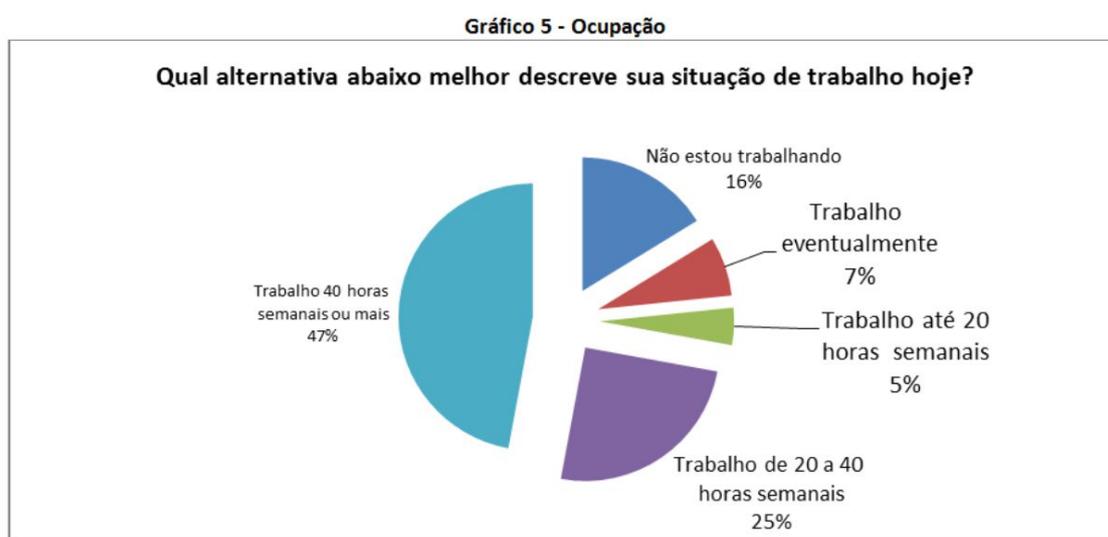
Fonte: Elaborado pelo Autor

A questão seguinte abordada na pesquisa buscou identificar no perfil do aluno a informação sobre a ocupação, identificando se o mesmo estava atualmente empregado ou não. Nesta questão foram criadas 5 faixas a saber: Não estou trabalhando, Trabalho eventualmente, Trabalho até 20 horas semanais, Trabalho de 20 a 40 horas semanais, Trabalho mais de 40 horas semanais.

As respostas obtidas foram: 86 (16%) não estão trabalhando, 38 (7%) trabalham eventualmente, 24 (5%) trabalham até 20 horas semanais, 133 (25%) trabalham de 20 a 40 horas semanais, e a grande maioria 250 (47%) trabalham mais de 40 horas semanais. Conforme dados apreendidos do Gráfico5.

Destas informações pode-se depreender que a grande maioria dos alunos está trabalhando atualmente, o que corrobora para a afirmação de que o público do EaD é adulto e trabalhador. Também é possível afirmar que possivelmente devido ao trabalho o aluno tenha optado por esta modalidade de ensino devido os deslocamentos.

Segundo os dados do Gráfico 5 a grande maioria dos alunos está no estado de São Paulo, também é possível crer que este aluno pode ser morador de grandes centros urbanos que geram grandes deslocamentos, encontrando no EaD uma modalidade de ensino que se adéque a sua realidade.



Fonte: Elaborado pelo Autor

Outra questão estudada foi para saber qual o tipo de curso o aluno está matriculado, se Bacharel, Licenciatura, Tecnológico ou curso do Programa Especial de Formação de Professores, o chamado curso de R2.

Nesta questão as respostas encontradas foram: 112 alunos (21%) estão realizando curso de Bacharelado, 241 alunos (45%) estão matriculados em uma Licenciatura, 167 alunos (32%) estão matriculados em cursos Tecnológicos, e 11 alunos (2%) matriculados em cursos do Programa Especial de Formação de Professores (R2), conforme pode ser observado no Gráfico6.

Se for considerado que o curso de R2 também atua na formação de professores, somamos 47% dos alunos em cursos de formação de professores, corroborando para os planos do governo, inclusive no que tange a EaD, e também contribui para a formação de professores, gestores e trabalhadores da educação básica.

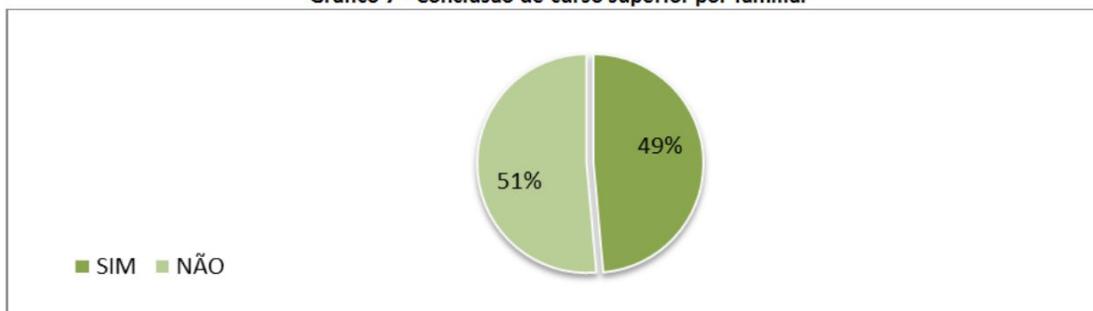
Gráfico 6 - Tipo de curso em que está matriculado



Fonte: Elaborado pelo Autor

Outra pergunta se deteve em perguntar se algum familiar próximo do aluno já havia concluído algum curso de nível superior, e nesta questão obtivemos que 51% dos alunos já tiveram algum familiar que tenha concluído um curso de nível superior. Os outros 49% ainda não tiveram ninguém na família que tenha concluído algum curso superior, sendo, neste caso parte da primeira geração da família a concluir um curso de nível superior, conforme Gráfico 7.

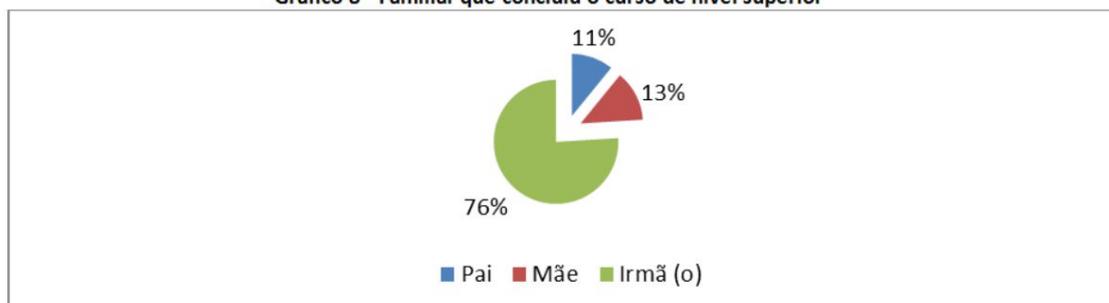
Gráfico 7 - Conclusão de curso superior por familiar



Fonte: Elaborado pelo Autor

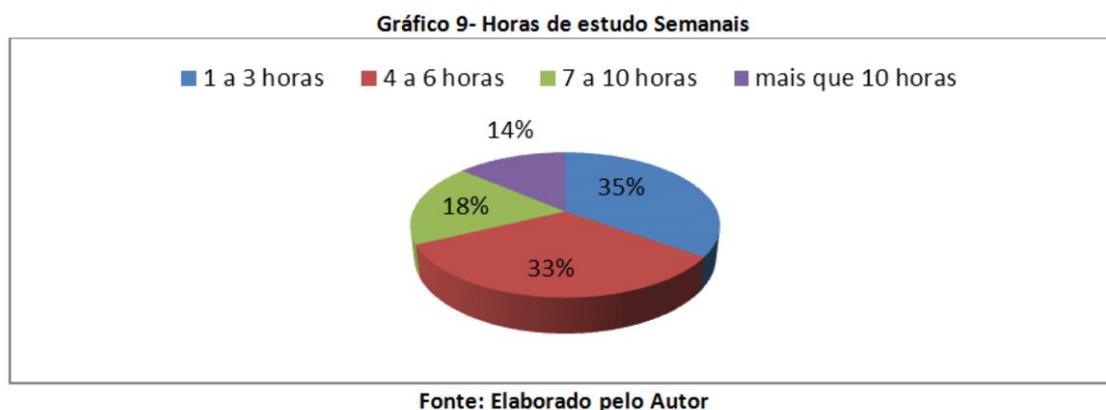
Da pergunta sobre a conclusão de curso superior por familiar derivou uma para saber qual familiar teria concluído o curso de nível superior, procurou-se classificar por grau de parentesco próximo, colocando como alternativa, pai, mãe e irmã(o). Conforme o Gráfico 8 observa-se que 28 alunos (11%) tiveram seus pais que concluíram curso de nível superior, 34 alunos (13%) foram as mães que concluíram, mas a grande maioria 196 (76%) tiveram seus irmãos ou irmãs que concluíram o curso de nível superior, novamente colaborando para a afirmação de que estes alunos fazem parte da primeira geração da família a concluir um curso de nível superior.

Gráfico 8 - Familiar que concluiu o curso de nível superior



Fonte: Elaborado pelo Autor

A próxima se deteve a perguntar quanto tempo por semana os alunos procuravam dedicar aos estudos, e as respostas obtidas foram de que 183 alunos o que equivale a 35% dedicam de 1 a 3 horas por semana para fins de estudo, 173 o que equivale a 33% dedicam de 4 a 6 horas de estudo semanais, 97 alunos o que equivale a 18% da amostra dedicam de 7 a 10 horas semanais e 72 alunos o equivalente a 14% dedicam mais que 10 horas por semana por estudo, embora este dado surpreenda a grande maioria dos alunos 68% dedicam até 6 horas de estudo por semana, conforme pode ser visto no Gráfico 9.



Em síntese do que foi apresentado é possível afirmar que 78% dos entrevistados não concluíram nenhum curso de nível superior e que em sua maioria os alunos desta instituição, 69% são mulheres, e do público geral que respondeu a pesquisa 59% dos alunos possuem mais que 30 anos.

Sobre a renda é possível afirmar que 58% ganham até 3 salários mínimos e 47% possuem uma carga horária de 40 horas semanais ou mais. 45% dos entrevistados fazem curso de Licenciatura, considerando que a maioria dos alunos é do sexo feminino. Podemos afirmar que os cursos de licenciatura têm uma prevalência de mulheres.

Mais da metade 51% dos alunos não possuem ninguém na família que tenha concluído curso de nível superior, ou seja, fazem parte da primeira geração de concluintes de cursos de nível superior. E dos 49% restantes a grande maioria, 76%, possuem o irmão como familiar que tenha concluído um curso de nível superior, novamente corroborando com a afirmação anterior.

E por fim, diante da carga de trabalho, da dedicação a família que possivelmente tenham 33% dos alunos dedicam de 4 a 6 horas semanais aos estudos realizados na modalidade a distância.

## Considerações Finais

Diante dos dados é possível afirmar que a educação a distância mereça cada vez mais atenção frente as políticas públicas a que os governos possam implementar. Os dados apresentados indicam uma clareza de que a maioria dos alunos busca a educação a distância como forma de melhoria da qualidade de vida, tanto no momento do estudo, evitando deslocamentos desnecessários, quanto na intenção de mover-se de uma faixa de renda a outra.

Neste sentido preocupar-se com a qualidade dos cursos oferecidos, diante do referencial teórico utilizado neste trabalho, é de fundamental importância para os governos. A geração de políticas de avaliação de uma modalidade de ensino que envolve particularidades muito dispares, em alguns

momentos, da educação presencial precisa ser pensada com o olhar para este perfil de aluno.

## Referências

BRASIL, MEC. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996, DOU n. 248 seção 1 página 27833 23 de dezembro de 1996.

FERNANDES, Ivanildo Ramos. **O SINAES em sua vertente regulatória: sobre penas educativas e o controle do estado**. Monografia (Conclusão do Curso Latino Americano de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Superior – CLAEPPES) – Universidade Federal de Integração Latino Americana; Universidade Federal do Paraná, jul. 2010.

MARTINS, Rubens de Oliveira. **Cenário das políticas do MEC para a Educação Superior a Distância 1998-2014** (11-58) in Alves, Carina Maria Terra; Amaro, Rosana; Baxto, Welinton; Martins, Rubens de Oliveira. O Tripé da Educação a Distância: regulação, docência e discência/Carina Maria Terra Alves; Rosana Amaro; Welinton Baxto; Rubens de Oliveira Martins (Orgs.). Jundiá, Paco Editorial: 2015.

POLIDORI, MarlisMorosini. **POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: PROVÃO, SINAES, IDD, CPC, IGC E...OUTROS ÍNDICES**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 385-438, jul. 2009.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.328 p

SOBRINHO, José Dias. Quase-mercado, Quase-educação, Quase-qualidade: Tendências e Tensões na Educação Superior. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v.7, nº 1, 2002.

---

[1]A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. (Fonte:<http://uab.capes.gov.br/index.php/sobre-a-uab/o-que-e>)

[2]A Comissão era composta por José Dias Sobrinho, da UNICAMP (presidente), Dilvo Ristoff (UFSC), Edson Nunes (UCAM), Hégio Trindade (UFRGS), Isaac Roitman (CAPES), Isaura Belloni (UnB), José Ederaldo Queiroz Telles (UFPR), José Geraldo de Sousa Junior (SESu), José Marcelino de Rezende Pinto (INEP), Júlio César Godoy Bertolin (UPF), Maria Amélia SabbagZainko (UFPR), Maria Beatriz Moreira Luce (UFRGS), Maria Isabel da Cunha (UNISINOS), Maria José Jackson Costa (UFPA), Mario Portugal Pedemeiras (SESu), Nelson Cardoso Amaral (UFG), Raimundo Luiz Silva Araújo (INEP), Ricardo Martins (UnB), Silke Weber (UFPE), Stela Maria Meneghel (FURB) e pelos estudantes Giliete Coelho Neto, Fabiana de Souza Costa e Rodrigo da Silva Pereira, representando a UNE